REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 011/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 20 de agosto de 2025.

No dia 20 de agosto de 2025, às 14h:10min, na sede da Paranaguá Previdência, localizada na Av. Gabriel de Lara, nº 1307, na cidade de Paranaguá, estiveram reunidos os membros do comitê de investimentos da Paranaguá Previdência, os Srs. Maurício Coutinho, Luciana Martins Camargo, Alessandro Lenzi da Rocha, Tânia Regina da Silva, Carlos Eduardo Ferla Corrêa, Cláudio Roberto Mariano, Sidnei França dos Santos e também com a presença do presidente da autarquia, Sr. Ali El Kadri.
PAUTAS:
- Leitura da ata do mês anterior;
- Apresentação do resultado do mês anterior;
- Realocações dos investimentos;
- Fundo CARE11 FII;
- Fundo Osasco Properties FII;
- Fundo FIP Puma Multiestratégia;
- Fundo FIP LSH Multiestratégia;
- Assuntos gerais: I.) Visitas Técnicas; III.) Apresentação Online da Instituição R3 Investimentos.

A reunião iniciou-se com a apresentação, por videoconferência, da instituição R3 Investimentos, com o representante Sr. Felipe Traleski. Foi feita a apresentação institucional da empresa, evidenciando que se trata de um Agente Autônomo de Investimentos, com atuação desde 2007, atuando na distribuição de produtos de investimentos para investidores institucionais, com foco nos RPPS. São distribuídos fundos de instituições renomadas no mercado, como: - Banco Daycoval; Bradesco DTVM; Santander Investor Services; Intrag Administração Fiduciária; BTG Pactual; também atua na prestação de serviços aos investidores, como: - ALM (gerenciamento de Ativos e Passivos); Educação continuada para gestores e conselhos; Planejamento Estratégico para investimentos; além de distribuírem um sistema informatizado para gestão da carteira de investimentos. Foram abordados temas relacionados ao mercado financeiro, as conjunturas econômicas no Brasil e no Mundo que impactam nos resultados dos investimentos, e também a visão dos gestores da instituição em relação as expectativas futuras para os investimentos institucionais. Por fim foi apresentado um diagnóstico da carteira de investimentos da Paranaguá Previdência, através de um comparativo segmentado por classes de ativos, visando a demonstrar uma forma de otimização dos investimentos do RPPS, focando nos segmentos que apresentam melhores oportunidades de ganhos, diante do atual cenário econômico do país e do mundo. No comparativo ficou evidenciado ainda alguns fundos que são distribuídos pela instituição, mas que a autarquia não possui, e que apresentaram melhores resultados quando comparado à carteira do instituto.

Finalizando a apresentação o diretor financeiro, Sr. Sidnei França, inicia com as pautas da reunião ordinária do comitê. Efetua a leitura da ata da reunião do mês anterior, a qual foi aprovada pelos presentes, sem ressalvas. Em seguida apresentou a planilha de investimentos da autarquia, com o resultado final parcial no mês de julho de 2025, na qual exibe uma rentabilidade positiva de aproximadamente R$ 3.982.390,68 (Três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e noventa reais e sessenta e oito centavos). Afirma que o resultado ainda poderia sofrer alguma variação em virtude da ausência de alguns extratos, mas que não afetariam significativamente o resultado apresentado. Relata que o valor acumulado do ano de 2025, para os meses de janeiro a julho, estava em aproximadamente R$ 53.973.423,48 (Cinquenta e três milhões, novecentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos). Já o P.L. total

acumulado do ano apresentado estava em torno de R$ 946.205.387,19 (Novecentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e dezenove centavos). O diretor detalha os indicadores de investimentos do mês de julho destacando o desempenho negativo do Ibovespa, em torno de - 2,51%, o que impactou nos resultados negativos da carteira de fundos de renda variável da autarquia.

Após os membros do comitê debaterem sobre as ocorrências no mercado financeiro e seus impactos nos investimentos, o diretor financeiro destaca os fundos que melhores desempenharam em junho, sendo eles: - Caixa Institucional BDR; - BB Ações ESG Globais; - BB RF Ativa Plus; cujos investimentos apresentaram rentabilidade no mês acima de 3%.

O presidente do comitê, Sr. Alessandro Lenzi reitera a importância de efetuar-se novas alocações em posições relacionadas ao CDI e títulos públicos. O diretor diz que providenciará novas cotações para alocações de TPFs. Também é debatido a possibilidade de desinvestimento do fundo Trígono Flagship Institucional FIA, em virtude de o produto não vir desempenhando de forma positiva já a algum tempo, bem como por se tratar de um fundo de fundos, que se caracteriza por uma raiz de investimentos em outros fundos da mesma instituição. O diretor diz que irá efetuar o levantamento sobre o fundo citado e tentar marcar uma reunião com o gestor para entender as estratégias do produto e o motivo do desempenho ruim, e reforça a importância de se manter a prudência nos desinvestimentos, com o intuito de não realizar prejuízos nos resgates.

Dando continuidade às pautas o diretor financeiro relata que não preparou novas opções de análises de realocações de investimentos, e reitera que existiam 04 decisões de investimentos definidas em reuniões anteriores, mas que ainda não haviam sido concluídas, em virtude do credenciamento das instituições estarem atrasadas. Afirma que no mês de julho efetivou a aplicação do Fundo Itaú Janeiro RF LP, no valor de R$ 20 milhões de reais; restando ainda as alocações nos Fundos: - Principal Claritas FIRF Crédito Privado, distribuído pela Grid investimentos; - Mag Cash FI Financeiro RF, distribuído pela MAG Investimentos; além das operações de ETF's com o Banrisul e Premier Corretora. O diretor financeiro e o presidente Alessandro fazem uma breve explanação sobre a estratégia de ETF aos novos membros do comitê. O Sr. Alessandro menciona sobre uma palestra que ocorrerá na cidade de Itajaí/SC, no dia 27/08, sobre esses tipos de operações, o ETF DAY, o qual será patrocinado pela Banrisul e pela Premier Investimentos, afirmando ser uma boa oportunidade para todos sanarem as dúvidas que ainda houverem.

Prosseguindo as pautas o diretor aborda sobre a demanda do TCE/PR sobre o Fundo Brazilian Graveyard And Death Care – CARE11. O diretor comunica sobre uma representação do TCE sobre o tema, no qual são relacionados todos os RPPS do estado do Paraná que possuem o fundo. Dentre as solicitações do TCE em relação à Paranaguá Previdência são mencionadas: - a motivação pela não execução do desinvestimento no tempo descrito na Resolução 4963/2021 e a justificativa pela permanência do RPPS no fundo; - as decisões que motivaram a aplicação no referido fundo; - a fundamentação do porque o RPPS não efetuou a venda do ativo quando a cota esteve no valor de R$ 4,13 no ano de 2022; - além do envio de diversos documentos comprobatórios das decisões e acompanhamento do fundo. Como exigências ou determinações do tribunal o diretor relata os seguintes tópicos: - A inclusão do atual presidente da autarquia no rol dos responsáveis; - Medidas para a mudança do gestor e do administrador do fundo; - O desinvestimento do ativo, etc. O diretor esclarece que uma das exigências já havia sido cumprida, a qual foi a mudança do Administrador do Fundo para a MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, cuja instituição está classificada como S3, mediante a regulação prudencial de instituições financeiras do Banco Central. O diretor esclarece que as tomadas de decisões do comitê de investimentos e da diretoria da autarquia sempre estiveram pautadas na prudência e que a motivação para não ter havido o desinvestimento anteriormente se deu ao fato da preservação do capital investido e pela não realização de perdas com o consequente resgate do fundo a uma cota extremamente desvalorizada. Outro fator determinante trata-se do fluxo de negociação do ativo no mercado, que sempre foi muito baixo em relação a quantidade de cotas que o RPPS possui. Mesmo que houvesse a tentativa de venda das cotas demandaria muito tempo para se conseguir alcançar o objetivo de zerar a participação da Paranaguá Previdência no fundo, e que a oferta de venda em grande quantidade de cotas

acarretaria na automática desvalorização do preço da cota. O diretor diz que isso se tornaria um "ciclo vicioso" de tentativas de vendas e de derrubada dos preços da cota, o que poderia acarretar em prejuízos ainda maiores. O diretor também declara que o TCE desconsiderou o fato de que, quando a cota chegou ao valor de R$ 4,13 em 2022, havia ocorrido um 'inplit' de cotas, determinadas pela CVM ao Fundo CARE11, e que isso ocorreu porque o valor da cota já havia chegado a mínima histórica, o que já caracterizava a desvalorização do ativo, motivo pelo qual não se vislumbrava o desinvestimento e a consequente realização de perdas. O presidente do comitê, Alessandro Lenzi, destaca que o Fundo Brazilian Graveyard and Death Care é um ativo negociado em bolsa e que possui mais de 13 mil cotistas, não sendo, portanto, um produto irrelevante e destaca o valor da cota patrimonial do fundo, avaliada em quase R$ 6,90. Os membros do comitê debatem sobre o tema e decidem pela "tentativa" de desinvestimento do ativo, para atender as exigências do TCE, mas que ainda deveria ser avaliado o preço a ser ofertado pelas cotas pertencentes a autarquia, considerando uma análise entre o preço atualmente praticado e o preço patrimonial da cota. O diretor financeiro afirma que estava em tratativas para a contratação de uma corretora a fim de traçar as estratégias e operacionalizar a venda do fundo.

Dando continuidade com as pautas o diretor financeiro aborda sobre o Fundo Osasco Properties FII, que também possui representação do TCE conta a Pguá Prev. Faz uma breve explanação e atualização de informações aos 02 novos membros do comitê, Srs. Carlos Ferla e Cláudio Mariano. Em seguida o diretor esclarece que desde o início do ano foram tomadas todas as possíveis negociações junto aos Gestor e ao Administrador do fundo, com o intuito de colher o máximo de informações na tentativa de desinvestimento do fundo, e que o último ato ocorrido em julho foi a informação por parte do administrador do fundo, de que foi exercido o direito a prioridade aos demais cotistas, tendo sido oferecido para venda as cotas pertencentes ao Pguá Prev., mas que não houveram interessados; a partir disso a autarquia já poderia tentar efetuar a venda das cotas no mercado secundário. Após breves análises pelos membros do comitê ficou decidida que as próximas ações a serem tomadas seriam a busca por uma corretora de valores para a tentativa de negociação do fundo, além da tentativa de contato com outros RPPS para tentar se buscar uma solução conjunta com os demais cotistas.

Na sequência, o diretor aborda sobre o fundo FIP PUMA, e comunica sobre a liquidação e encerramento do Fundo, conforme Fato Relevante publicado pela Administradora. Diz que o principal ativo do fundo era a empresa Milano Participações Ltda, a qual entrou em falência, e que, diante do término do prazo de liquidação do fundo e da falta de perspectivas da recuperação de ativos na falência, a gestora Graphen Investimentos não apresentou novo plano de prorrogação. Por fim o diretor o diretor afirma que buscará maiores informações quanto a responsabilidade da autarquia, enquanto cotista, e também os passos a serem tomados diante do encerramento do fundo, inclusive os aspectos contábeis.

Em outra pauta debatida o diretor comunica sobre o Fundo Rio Bravo Proteção Dinâmico FIM, o qual deverá ser decidido pelos cotista acerca da mudança de administrador do fundo, atualmente no Bradesco DTVM, para o Banco BTG Pactual. Após as alegações apresentadas o comitê não se opõe a mudança de administração do fundo.

Prosseguindo as pautas, outro assunto tratado foi referente ao fundo FIP LSH Multiestratégia. O diretor afirma que também se trata de um fundo em liquidação, herdado após a liquidação de outro 'fundo mãe', e que foi recebido da Administradora uma oportunidade de negociação dos ativos do fundo com uma empresa denominada Grupo Ricaro Ltda. O diretor faz a leitura do comunicado emitido pela administradora e também da proposta de cessão de cotas com a empresa interessada, dessa forma o comitê toma ciência do conteúdo relacionado a possibilidade de cessão de cotas do fundo FIP LSH pelo Grupo Ricaro Ltda. O diretor compartilha o material com os membros do comitê e pede para que todos se manifestem até o dia 30/08, pois o prazo para resposta da negociação é de 05/09/2025.

Em assuntos gerais o diretor pede ao conselheiro, membro do comitê, Dr. Carlos Ferla, sobre a possibilidade de efetuar um levantamento da situação atual da ação judicial que a Paranaguá Previdência possui em relação ao extinto fundo "Viaja Brasil FIP", e contra o Banco Máxima S.A., atual Banco Master S.A.. Diz que essa demanda foi solicitada pelo Conselho Fiscal, através de sua presidente, Sra. Zenilda Costa. O intuito seria atualizar os membros dos Conselhos e do

Comitê sobre essa ação que corre na justiça há mais de 10 anos, e que inicialmente foi favorável a autarquia, havendo inclusive um recurso financeiro depositado judicialmente para a Paranaguá Previdência.
Em assuntos gerais o diretor fala sobre as visitas técnicas de bancos e Asset de investimentos. Fica agendado para próximas apresentações as instituições: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, 4UM Investimentos e R3 Investimentos. As datas e horários serão compartilhadas e definidas com os membros do comitê através de aplicativo de mensagens.
Nada mais havendo a tratar, às 17h:10m deu-se por encerrada a reunião sendo lavrado a presente ata.

Presidente:	**Vice-Presidente Titular:**	**Membro Titular:**
Alessandro Lenzi da Rocha CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Luciana Martins Camargo** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Maurício dos P. Coutinho** CPF: 885.818.709-10 Certificação CP RPPS DIRIG I Validade: 18/12/2028
Membro Titular:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Tânia Regina da Silva CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Carlos Eduardo Ferla Corrêa** CPF: 007.830.789-94 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/07/2028	**Cláudio Roberto Mariano** CPF: 029.859.389-02 Certificação CP RPPS CODEL I Validade: 15/10/2027
Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência